

## **A Crônica e a Notícia na Formação da Linguagem Jornalística**

Glauco Rodrigues Cortez, professor Dr. pesquisador da PUC-Campinas-SP

Resumo:

Este trabalho procura dar uma contribuição para o estudo da linguagem jornalística presente na mídia contemporânea. Por meio de abordagens histórica, cultural e social do processo que se desenvolveu na Europa a partir do século XVIII e no Brasil durante o século XIX, este estudo tenta entender os significados e forças presentes que resultaram na formulação dos conceitos de notícia e crônica. Ele discute a relação de três movimentos concomitantes e importantes na origem da imprensa. O primeiro quando intelectuais reconhecem na nova tecnologia de impressão um potencial de publicidade e divulgação de suas obras; o segundo quando a imprensa incorpora no seu processo de institucionalização de discursos e procedimentos artísticos moldados à sua linguagem e o terceiro quando a política encontra na imprensa um espaço privilegiado. A análise é fundada na metodologia do espaço mediador cultural e, nesse sentido, ressalta o significado histórico que tanto a crônica quanto a notícia tiveram para a constituição de uma mídia que se caracteriza como espaço de comunicação.

Palavras-chave: Jornalismo, Crônica, Espaço

Há três movimentos concomitantes e importantes na origem da imprensa em relação a grupos científicos, artísticos e políticos. O primeiro quando intelectuais reconhecem na nova tecnologia de impressão um potencial de publicidade e divulgação de suas obras; o segundo quando a imprensa incorpora no seu processo de institucionalização discursos e procedimentos artísticos moldados à sua linguagem e o terceiro quando a política encontra na imprensa um espaço privilegiado da esfera pública burguesa.

Para Habermas (1984), esses movimentos, que constituem a esfera pública literária, são caracterizados na Europa pelo desenvolvimento intelectual dos debates em salões, teatros, cafés e nas publicações em geral. A partir do último terço do século XVII, os jornais são complementados por revistas que não contém em primeira linha informações, “mas instruções pedagógicas e até mesmo críticas e resenhas” (HABERMAS, 1984, p. 39). Em 1665 surge o *Journal des Savants*, depois veio *Acta Eruditorum* (1682) e *Conversações Mensais* (1688), todos esses veículos são revistas científicas para um público culto.

Um dos mais velhos jornais, o *Semanário de Strasburgo*, de Johan Carolus, de 1609, traz um relato sobre a invenção do telescópico por “signor Galileu”. O *Philosophical Transactions*, publicado pela *Royal Society*, considerado o primeiro jornal científico da Inglaterra, começou com periodicidade mensal em 1665. “A primeira edição incluía um relato acerca da observação de uma mancha em Júpiter, feita pelo ‘engenhoso Mr. Hook’ e um relato sobre um bezerro monstruoso e muito esquisito” (STEPHENS, 1993, p.398).

Esse primeiro momento científico-literário da imprensa também se dá no Brasil. O processo ocorre no início do século XIX, visto que a imprensa demora a se formar. A implantação da imprensa no Brasil só acontece em 1808, quando em 10 de setembro é publicado o jornal oficial do governo, *Gazeta do Rio de Janeiro*, mas desde junho daquele mesmo ano circulava o *Correio Braziliense*, impresso em Londres por Hipólito da Costa. Depois de cinco anos, surgem várias publicações de caráter científico e literário. O *Jornal Literário, Político e Mercantil* aparece em 1913; os *Anais Fluminenses, Artes e Literatura* (em 1822); *Jornal Científico, Econômico e Literário* (1826); o *Beija-Flor – Anais Brasilienses de Ciências Políticas e Literatura* (em 1830). A *Niteroy, Revista Brasiliense de Ciências, Letras e Artes*, foi lançada em Paris em 1836 por um grupo de intelectuais brasileiros e trazia artigos sobre literatura, música, química, economia, direito e astronomia (RIBEIRO, 2004).

A esfera literária especificamente, na análise de Habermas (1984), forma um processo de auto-esclarecimento psicológico, ao favorecer a discussão pública de procedimentos sociais e experiências de vida. O raciocínio nascido na esfera literária se expande, com o passar dos anos, para disputas econômicas e políticas. Na análise brasileira, Ribeiro diz que idéias, movimentos e instituições culturais se desenvolveram num duplo sentido: “de criar um espaço cultural comum a um público culto, livre do julgo religioso e estatal e de delimitar suas especificidades discursivas” (RIBEIRO, 2004, p.165).

Nesse primeiro momento, portanto, a falta de uma institucionalização do discurso jornalístico permitia sua apropriação por idéias de movimentos culturais, sem impor limitações formais e temáticas. Mas faltava à imprensa “uma estrutura mais definida de produção material, organizacional, profissional e discursiva que impusesse restrições à integralidade original da intencionalidade discursiva das diversas manifestações das esferas científicas e artísticas” (RIBEIRO, 2004, p.166).

Da mesma forma que se deu a atuação científico-literária, nesse período inicial a imprensa política é um espaço privilegiado da esfera pública burguesa. Ela começa a polemizar

sobre a legitimidade das formas de governo dos Estados absolutos e torna-se porta-voz de uma burguesia esclarecida e emancipada. A pequena burguesia, setores descontentes da aristocracia, trabalhadores urbanos e demais segmentos e classes sociais valeram-se dessa prática. A independência dos Estados Unidos, em 1776, foi precedida e sucedida pela criação de inúmeros panfletos e jornais que abraçaram a causa. Um ano antes havia nas colônias norte-americanas 42 jornais, entre eles O *New York Journal*, o *Philadelphia Evening Post* e o *Massachusetts Spy* que “iniciaram a causa revolucionária, descrevendo atrocidades cometidas pelo exército britânico” (BURKE e BRIGGS, 2004, p. 105). Por volta de 1800, havia em terras estadunidenses 178 semanários e 24 diários. Na Revolução Francesa de 1789, a imprensa também teve papel ideológico importante e dramático. Nada menos que 250 jornais foram fundados nos últimos seis meses daquele ano.

No Brasil, os nomes de alguns jornais que iniciaram a imprensa brasileira no século XIX e início do século XX, ainda mostravam de forma acentuada a importância dessa mídia para a questão política. *O Grito dos Oprimidos* surge em 1833 no Rio de Janeiro, *O Grito do Povo*, também do Rio (em 1888), *O Liberal* (Recife, 1872), *Libertador* (Assis, 1924), *Luta* (Porto Alegre, 1886), *Guerra Social* (Rio de Janeiro, 1910) e inúmeros outros (SODRÉ, 1983, p.261).

Durante o período imperial, torna-se inseparável a qualidade e a importância da atuação política na imprensa e no parlamento. Isso porque, de forma crescente, os integrantes da esfera discursiva pública passaram a exercer simultaneamente as duas atividades (RIBEIRO, 2004).

Os jornais tinham vida curta, às vezes apenas uma edição e, quando persistiam, eram feitos por apenas uma pessoa que representava um grupo político. Esses jornalistas-panfletários eram tanto liberais como moralistas e muitos deles eleitos para o parlamento. Os jornais políticos representavam “um fórum alternativo para a tribuna, importante principalmente para o partido de oposição, muitas vezes sem representação alguma na Câmara” (CARVALHO, 1981, Apud: RIBEIRO, 2004, p. 88)<sup>2</sup>.

O Brasil do fim do século XVIII e início do XIX é um país bastante diferente dos países industrializados e urbanizados da Europa. Mas lá, como aqui, há todo um processo de transformação social que implica em mudanças profundas tanto na imprensa científico-literária (criada por intelectuais) como na imprensa político-panfletária (criada por políticos). Alguns jornais passam a reconhecer uma possibilidade de diálogo mais amplo, com camadas sociais diferentes. Essa nova postura é refratária de todo o desenvolvimento social, cultural e econômico.

Se no primeiro momento, como vimos, a intelectualidade - tanto científico-artística quanto política - atua como protagonista da imprensa, num segundo momento ela passa a ser coadjuvante. Esse segundo momento marca o início do processo de institucionalização da imprensa. Escritores, antes fundadores de jornais, passam a contribuir com uma imprensa mais complexa, organizada, com maior divisão de funções, maior diversidade de interesses temáticos e em busca de um público mais heterogêneo que a elite cultural, a qual continuava bastante restrita. Essa parceria se tornou benéfica para ambos os lados, já que fortaleceu os jornais institucionalmente e fez com que se formasse uma legião de grandes escritores. Os exemplos são muitos: Joaquim Manoel de Macedo, além de romancista, foi jornalista, político, deputado e redigiu, inclusive, de 1852 a 1854, o jornal *A Nação*, do Partido Liberal. Manuel Antônio de Almeida sobreviveu praticamente do ofício de tradutor de folhetins para jornais, onde publicou crônicas e críticas, além de escrever seu romance entre os anos de 1853 e 1854, no *Correio Mercantil*. José de Alencar escreveu folhetins e colunas políticas por muitos anos no *Jornal do Commercio* e foi, em 1855, redator-chefe do *Diário do Rio de Janeiro*. Machado de Assis foi tipógrafo da *Imprensa Nacional* e do *Correio Mercantil* tornando-se depois colaborador em diversos jornais. Franklin Távora fundou a *Revista Brasileira*, onde foram publicadas, entre 1879 a 1881, suas obras e de escritores como Machado de Assis e Sílvio Romero. Olavo Bilac assumiu o cargo de cronista da *Gazeta de Notícias* no lugar de Machado de Assis em 1897, mas desde 1880 já colaborava com a *Gazeta* (RIBEIRO, 2004).

O substrato desse processo está no que Raymond Williams (1961), ao analisar a Inglaterra, denomina de três longas revoluções: a democrática, a cultural e a educacional. Elas acompanham o desenvolvimento de toda infra-estrutura social capaz de dar suporte às novas demandas promovidas pela urbanização, industrialização, barateamento de custos e facilidade de obtenção de bens culturais. Os tipógrafos saltaram de dois ou três no início do século XVI para 13 em 1558, 34 em 1563, 40 em 1577 e quase 100 no final do século. Não distinguindo baladas, panfletos e livros propriamente ditos, os títulos saltam de 13 em 1510 para 28 em 1530, 85 em 1550 e cerca de 150 em 1581. As tiragens dos livros também aumentaram substancialmente, mas não obviamente decorrente exclusivamente do avanço tecnológico.

Desde 1690, é evidente o crescimento de um novo público leitor de classe média em relação direta com o crescimento em tamanho e importância de uma classe média formada por grandes e pequenos comerciantes, lojistas e trabalhadores do setor administrativo e da igreja (WILLIAMS, 1961, p.182).

A Inglaterra tinha no início do século XIX um razoável padrão de pessoas alfabetizadas e chegou ao final do século com um alto índice. O livro de assinaturas de registro de casamentos, que é por onde se tem uma indicação da capacidade de leitura das pessoas adultas, mostra que 66,3% dos homens e 50,5% das mulheres já eram capazes de assinar em 1839. Em 1893, são 95% dos homens e 94,3% das mulheres. A base do que Williams chama de imprensa popular, vendida pela metade de um *penny* (*halfpenny*) surge em 1890, em busca de um público que havia sido impulsionado pelo Ato Educacional de 1870, que visava ensinar o povo inglês a ler e a escrever (WILLIAMS, 1961).

Nas primeiras três décadas do século XIX tentou-se estabelecer uma imprensa com base nas novas organizações de trabalhadores, que já estavam inseridos no processo educacional inglês. O empreendimento não deu certo, mas surgiu como uma espécie de 'efeito colateral', ou seja, uma imprensa popular. Politicamente, esses jornais populares nasciam radicais, mas sua ênfase principal não era política, mas uma miscelânea no padrão das baladas, almanaques e histórias de assassinatos e execuções. Eles eram vendidos com um preço baixo, graças às melhorias da tecnologia de impressão, diminuição dos impostos, queda no preço do papel e melhores meios de distribuição, como as ferrovias. Entre os jornais desse período estão o *Telegraph* e o *Daily Mail*. Alguns jornais como o *Daily Telegraph*, *Morning Post* e *World* mudam sua linguagem em busca de uma leitura mais leve e fácil para atrair os novos alfabetizados. Ela se difere de um estilo anterior, próximo ao dos livros. *Daily Telegraph* se promovia como o jornal dos homens que andam de ônibus. (WILLIAMS, 1961).

Há também uma mudança no estilo de reportagem, influenciada pelo uso regular do telegrama. O uso de sentenças curtas e ênfase em palavras-chave simplificam a linguagem, tornando-a mais acessível. Os jornais passam a enfatizar mais as notícias e ficam menos submetidos a grupos políticos. Segundo Williams (1961), os jornais deixam o panfletismo nervoso para servirem a um sentimento das classes médias que ascendem e buscam controlar a diversidade de opiniões da sociedade.

Um dos sintomas dessa busca por públicos diferenciados se reflete no conjunto de formatos novos da linguagem jornalística. Todo esse processo, que não aconteceu repentinamente, mas em uma consolidação lenta de séculos de transformação social, fez com que a imprensa abandonasse um certo posicionamento lateral, de panfleto político, para se estabelecer em um *espaço mediador cultural*<sup>2</sup>. Por isso a análise da imprensa não pode ser

restrita ao caráter de infra-estrutura político-econômico. Quando Ribeiro (1998) critica Nelson Werneck Sodré (1983) por ele ter essa visão economicista sobre o desenvolvimento da imprensa no Brasil, ela diz que há um empobrecimento da dimensão do espaço público político da imprensa. Essa visão economicista encobre o problema da “passagem da comunicação direta, própria do assembleísmo isegórico, para a comunicação representativa, correlata à forma de participação política nos Estados de direito contemporâneos”(RIBEIRO, 2004, p. 135).

Nesse mesmo caminho, Williams (1961) estudou as longas revoluções cultural, democrática e educacional e criticou a análise em que as relações sociais humanas são fundadas preponderantemente nas atividades econômicas e políticas. Para ele, faz sentido relacionar o sistema de governo com o sistema de econômico, mas duas grandes relações ficam excluídas, que são o sistema de aprendizado/comunicação e o complexo baseado sobre gerações e experiências de vida.

Uma diferente formulação da imprensa, menos economicista, pode ser compreendida como a emergência de uma esfera comunicativa, dentro da esfera pública burguesa, que permite a pessoas privadas darem maior publicidade a opiniões sobre uma realidade comum a todos<sup>1</sup>. Praças, bares, cafés, salões, teatros e outros espaços públicos da cidade já não são suficientes para a esfera pública burguesa, que se expande e ganha vitalidade com a indústria gráfica (papel, maquinário, tinta etc). Essa indústria fomenta um espaço cada vez mais organizado e que se beneficia não só do desenvolvimento tecnológico, mas também do cultural e do político pelo qual passa a sociedade desde o início do século XVII.

### **Crônica e Notícia**

Diante dessas transformações e da intersecção da esfera literária com a imprensa, emergiram gêneros próprios da linguagem jornalística, que se voltam para a atualização narrativa dos elementos das atividades cotidianas e da experiência urbana. Vamos analisar aqui especificamente dois conceitos: a crônica (gênero opinativo e muito marcado pela literatura) e a notícia (informativo).

A crônica, como a conhecemos, considerada um gênero brasileiro, é uma resultante dessa intersecção entre literatos e imprensa durante o processo inicial de formação dos jornais. Antes da consolidação da imprensa como grande indústria, em meados do século passado, os próprios jornalistas davam às notícias o nome de crônicas, possivelmente influenciados pelo gênero histórico-literário homônimo. Mas a crônica como a conhecemos hoje, diz Marques de

Mello (2003), é um relato poético do real, situado na fronteira entre informação da atualidade e narração literária. Segundo Rónai, para qualquer brasileiro a palavra crônica tem um sentido claro e inequívoco: designa uma composição breve, relacionada com a atualidade, publicada em jornal e revista. “Esse significado está tão generalizado que só mesmo os especialistas em historiografia se lembram de outro, bem mais antigo, o de narração histórica por ordem cronológica” (RÓNAI, Apud: MELLO, 2003, p. 148/149).

Olavo Bilac, por exemplo, desenvolveu a crônica, “levando-a às mais diversas áreas da vida social, como urbanização, a sanitização da cidade do Rio de Janeiro, problemas sociais, questões de segurança, de exploração de menores e políticas de emprego” (RIBEIRO, 2004, p.172). João do Rio também era uma espécie de condensador dos acontecimentos da nova sociedade urbana brasileira na virada do século. Já no século XX, o Brasil forma uma legião de escritores cronistas, como Carlos Drummond de Andrade, Rubem Braga, Paulo Mendes Campos e outros.

A crônica jornalística é uma crônica reconstruída pela imprensa. Ela é o resultado de uma série de processos e modificações na linguagem da imprensa e que vai servir à sua institucionalização e à sua configuração como *espaço de mediação cultural*. Essa nova linguagem é influenciada não só pelos gêneros literários, mas também por um processo de racionalização prático-instrumental da sociedade industrial: mudanças tecnológicas, controle de tempo de produção, mudança de padrão de texto influenciado pela questão comercial e informação de serviço, assim como a transformação do público leitor provocado pela expansão e acesso à leitura pelas classes médias e por trabalhadores. Essa transformação da linguagem e, pode-se dizer, postura da imprensa, ajuda-a a se distanciar do que Raymond Williams chamou de “panfletismo político nervoso” dos primeiros anos, quando a imprensa era controlada e servia a grupos e partidos políticos. Da mesma forma, ela também se distancia dos “artigos eruditos”, de caráter científico-literário. Essa mudança de posicionamento discursivo faz com que ela se desloque de suas heranças históricas, ligada a setores sociais específicos para se portar como um centro mediador de conflitos.

Assim como a crônica, a notícia é uma modalidade fundamental da linguagem jornalística e também reconstruída pela imprensa, apesar de não ser esse o entendimento de Ribeiro (1998). Para ela, a notícia é “uma criação histórica específica dos contextos urbanos das emergentes sociedades modernas européias” e que “têm origem nos elementos novos criados na esfera privada das sociedades modernas em formação” (RIBEIRO, 2004, p. 117).

Esse entendimento ocorre provavelmente porque a autora delimitou seu objeto de pesquisa ao que ela denomina de período de constituição da imprensa no Brasil (1808-1964). Mas a notícia, em realidade, não surge desse movimento como algo novo e próprio, mas de um deslocamento de significados que estavam atados a uma cultura anterior de troca de informação. O entendimento histórico dos *espaços mediadores culturais* permite uma visão recorrente desse deslocamento, visto que busca referenciais em processos temporalmente distintos e não apenas na 'referencialidade cotidiana' da sociedade urbano-industrial. Os *espaços mediadores culturais* já contêm, por sua constituição múltipla e dialógica, processos comunicacionais de transmissão de informações sociais, culturais e políticas. Nesse sentido, o que a imprensa faz é uma apropriação e reconfiguração de conceitos e práticas já existentes que serão úteis na sua aspiração utópica como mediadora cultural. O que ocorre, e nesse aspecto Ribeiro tem razão, é uma institucionalização da própria notícia.

A notícia se institucionaliza como bem público porque consegue progressivamente comprovar-se fonte de referência genérica de procedimentos, normatizações e valores a serem reconhecidos, definidos, assimilados e sustentados por todos os indivíduos no curso de suas atividades e conceituações diárias. É no contexto específico do fornecimento dessa referencialidade cotidiana que a notícia consolida a sua legitimidade institucional.(RIBEIRO, 2004)

Ao incorporar práticas sociais, inclusive a notícia, ao seu o processo de formação e institucionalização, a imprensa acaba por revelar sua linguagem como algo inerente a ela e, concebe a notícia, por exemplo, como um gênero próprio. Mas a notícia não está ligada nem ao aspecto mercadológico nem aos novos elementos criados na esfera privada das sociedades modernas originadas no século XIX. Ela é bastante anterior e perpassa os principais períodos históricos com registros da humanidade, aqui entendidos como Antigüidade e Idade Média. A prática de transmissão da notícia é algo presente e constituinte do *espaço mediador cultural*, que está presente em sociedades e tempos históricos bastante distintos do período de ascensão burguesa. Na realidade, a imprensa remodela a notícia de uma forma tão radical e cria um gênero que pode ser entendido como notícia jornalística, como forma de consolidar um tipo de informação própria de uma cultura escrita e urbano-industrial.

Atas romanas, cartas de notícia, boletins, *corantos*, *fogli d'avvisi*, jograis, baladas e outros com certeza não são o jornalismo como se entende hoje, criado pela imprensa originada na esfera pública burguesa, mas são práticas coletivas e noticiosas de troca de informação entre



indivíduos e comunidades; são veículos de um *espaço de mediação cultural*. Por isso, a palavra *news* continua sendo usada da mesma maneira há pelo menos cerca de 500 anos. No entanto, o processo da esfera pública burguesa em sua radical apropriação de práticas e procedimentos -consubstanciado em um processo de desenvolvimento cultural, urbano e industrial - insurge com novos conceitos como a palavra *newspaper*, que aparece pela primeira vez em uma carta datada de 10 de setembro de 1670, cerca de 70 anos após o aparecimento dos primeiros jornais que se tem notícia na Europa (STEPHENS, 1993, p. 28/330). Ela também provavelmente serviu para diferenciar notícias orais (modelo até então predominante) de notícias escritas (modelo ascendente).

Esse processo não se encerrou naquele momento. O desenvolvimento da imprensa e as novas formas de transmissão de informação posteriores continuaram a reformular o próprio conceito de notícia até os dias atuais. A análise de veículos de informação das décadas de 30 e 40 do século XX, por exemplo, mostra uma mudança radical na estrutura da notícia, que nunca havia sido praticada antes, em séculos de transmissão de informação impressa. A pirâmide invertida, a linha-fina, o conceito de lide (*lead*) e outros elementos originados no decorrer do século XX sistematizam e redefinem a notícia e facilitam todo um processo de distribuição de informação, ao mesmo tempo em que buscam certa isenção lingüística que possibilite um tipo de informação que contribua para a institucionalização da imprensa como *espaço mediador cultural*.

Notas:

O fato de se reconhecer uma esfera comunicativa no processo de formação da imprensa, como um modelo analítico, não implica necessariamente na aceitação da igualdade (ou utopia) dialógica da Teoria da Ação Comunicativa habermasiana.

<sup>2</sup> Na metodologia espacial, as mídias são concebidas como Espaços de Comunicação em oposição aos veículos. Como fundamento dessa concepção, temos a análise de Milton Santos, que define o espaço como um híbrido de ações e objetos (Santos, 2002), o processo de institucionalização da imprensa (Ribeiro, 2004) e a multiplicidade de práticas, diálogos e atividades do espaço mediador cultural (Cortez, 2005).

Bibliografia:

BURKE, Peter & BRIGGS, Asa. (2004). *Uma História Social da Mídia*. Rio de Janeiro: Zahar.

- CASTRO, Moacyr. (1997) *Comunidade de Campinas e Jornal Correio Popular: 1927-1997*.  
Fotocópia do autor.
- CORTEZ, Glauco Rodrigues. (2005). *O Espaço da Comunicação*. Tese de Doutorado. Campinas:  
Unicamp/IFCH.
- HABERMAS, Jürgen. (1984) *Mudança Estrutural na Esfera Pública*. Rio de Janeiro:Tempo  
Brasileiro.
- \_\_\_\_\_. (1984b) “Do jornalismo literário aos meios de comunicação de massa” in:  
MARCONDES, Ciro. *Imprensa e Capitalismo*. São Paulo: Kairós.
- MELO, José Marques de. (2003). *Jornalismo Opinativo*. Campos do Jordão: Mantiqueira.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. (1998) *Produção e Consumo do e no Espaço*. São Paulo:  
Hucitec.
- RIBEIRO, Lavina Maderia. (2004). *Imprensa e Espaço Público – A Institucionalização do  
Jornalismo no Brasil 1808-1960*. Rio de Janeiro: E-Papers, 384p.
- \_\_\_\_\_. (2004b) “Teoria do Espaço Público em Jürgen Habermas” in: *Ensaio sobre  
Comunicação, Cultura e Sociedade – Debates Contemporâneos*. Rio de Janeiro: E-Papers,  
364p.
- SANTOS, Milton. (2002) *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo:  
Edusp.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. (1983). São Paulo: Martins Fontes.
- STEPHENS, Mitchel. (1993). *Uma História das Comunicações: dos tantãs aos satélites*. Rio de  
Janeiro: Civilização Brasileira.
- WILLIAMS, Raymond. (1961). *The Long Revolution*. New York: Penguin Books.